ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
PORTARIA**PORTARIA N.º 124/2017**
Juti-MS, 05 de junho de 2017.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Prefeita do Município de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul, Elizângela Martins Biazotti dos Santos, no uso de suas atribuições legais e conforme a Lei Complementar n.º 01/2004,

Considerando o disposto no artigo 167 da Lei Complementar n.º 01 de 19 de Novembro de 2004;

Considerando a gravidade dos fatos noticiados pela Secretária Municipal de Saúde por meio das Comunicações Internas 155/2017, 165/2017, 172/2017 e 537/2017; pela direção Hospital Municipal Santa Luzia através das Comunicações Internas 0018/HMSL, 0019/HMSL, 0020/HMSL, 0033/HMSL, 0041/HMSL, 0055/HMSL, 0066/HMSL; e ainda a CI n.º 021/2017 da Secretaria Municipal de Administração e Gestão;

Considerando que as irregularidades noticiadas, podem constituir, caso confirmadas, graves infrações administrativas;

RESOLVE:

Art. 1º -Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar n.º 001/2017, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º -Ficam designados para integrar a COMISSÃO PROCESSANTE os seguintes servidores efetivos:

ADÃO RONALDO CORREA CARDOSO – Matrícula 4510-2 – Agente Administrativo e Procurador Jurídico, na função de Presidente da Comissão;

LAÍS BARROS DE SOUZA– matrícula 5983-3–Auxiliar Administrativo, na função de Membro da Comissão; e,

PLÍNIO LEONARDO SANTORO – matrícula 2399402 - Analista de Recursos Humanos, Membro da Comissão Processante; e,

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - A Comissão deverá instruir o processo e emitir relatório de caráter expositivo no prazo de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 5º - Fica determinado, com base na regra do art. 165 da Lei Complementar n.º 001/2004, o afastamento cautelar do servidor preliminarmente indicado como infrator, pelo prazo de 30 dias, prorrogáveis, conforme decisão administrativa fundamentada exarada em documento autônomo.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se,
publique-se.

ELIZÂNGELA MARTINS BIAZOTTI DOS SANTOS
Prefeita Municipal de Juti-MS

Publicado por:
Fernando da Silva Vieira
Código Identificador:BE58C073

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul no dia 06/06/2017. Edição 1863
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita

informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/assomasul/>